

Bruxelas, 17 de outubro de 2025
(OR. en)

14203/25

MAMA 247	COHOM 152
MED 77	JAI 1476
CFSP/PESC 1493	MIGR 383
COPS 509	COTER 173
WTO 93	TRANS 477
ENV 1051	EMPL 445
ENER 537	DIGIT 202
ECOFIN 1367	EDUC 390
DEVGEN 182	POLMAR 62

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	17 de outubro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2025) 26 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Pacto para o Mediterrâneo Um Mar, Um Pacto, Um Futuro

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2025) 26 final.

Anexo: JOIN(2025) 26 final



COMISSÃO
EUROPEIA

ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 16.10.2025
JOIN(2025) 26 final

**COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO,
AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES**

**Pacto para o Mediterrâneo
Um Mar, Um Pacto, Um Futuro**

1. INTRODUÇÃO

A União Europeia (UE) e os parceiros do sul do Mediterrâneo¹ partilham um espaço de oportunidades, desafios e responsabilidades: é o **nosso Espaço Mediterrânico Comum**. Trabalhamos em conjunto por um Mediterrâneo próspero e estável.

Desde a criação do **Processo de Barcelona**², em 1995, a definição de uma área comum de paz e prosperidade na região mediterrânica tem sido um objetivo estratégico para a União Europeia. Com base num conjunto existente de instituições e formatos de cooperação, a **Agenda 2021 para o Mediterrâneo e o seu Plano Económico e de Investimento (PEI)**³ representaram um novo impulso, mobilizando um financiamento total da UE para a Vizinhança Meridional no âmbito do PEI de cerca de 6 mil milhões de EUR, desencadeando assim cerca de 27 mil milhões de EUR em investimentos para diversos projetos emblemáticos concretos.

A nomeação da primeira **comissária do Mediterrâneo**, que trabalha em estreita cooperação com a **alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança**, destaca a ambição da UE de intensificar a sua ação e adotar uma abordagem mais orientada para o Mediterrâneo.

O **Pacto para o Mediterrâneo («Pacto»)** é um reflexo desta ambição estratégica. Queremos reforçar esta relação e alcançar uma **integração mais profunda no Espaço Mediterrânico Comum**. O Pacto tem por objetivo realizar uma mudança de paradigma, necessária para concretizar todo o potencial da nossa parceria e trabalhar em conjunto com base nos princípios da coapropriação, da cocriação e da responsabilidade partilhada.

A região mediterrânica encontra-se na encruzilhada de três continentes, a Europa, a África e a Ásia, e constitui uma ponte vital para as parcerias económicas, o intercâmbio cultural e o diálogo entre estas regiões tão diversas. O atual contexto geopolítico regional e mundial exige relações políticas mais estreitas e uma parceria reforçada. Em especial, os efeitos da guerra em Gaza reverberam no Médio Oriente e não só, provocando um aumento da insegurança e da instabilidade. O recente acordo sobre o fim do conflito em Gaza é um marco histórico e oferece uma oportunidade para Israel, a Palestina e toda a região em geral construírem uma via política credível rumo a uma paz e segurança duradouras, com base na solução assente na coexistência de dois Estados. Embora a prioridade imediata seja assegurar que Gaza recebe a ajuda humanitária necessária, a UE contribuirá também através do apoio à governação e à reforma da Autoridade Palestiniana, financiando a reconstrução de Gaza, nomeadamente através da convocação do Grupo de Doadores à Palestina, e reforçando a presença das missões PCSD.

Os recentes conflitos e instabilidade, nomeadamente no Líbano, na Síria, no Iémen e no Irão, agravaram ainda mais as tensões, afetando a segurança marítima e o comércio internacional. A região mediterrânica enfrenta também a ameaça dos efeitos consequentes da insegurança e instabilidade em África, especialmente na região vizinha do Sael, que possui importância

¹ O sul do Mediterrâneo engloba os 10 parceiros da Vizinhança Meridional: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina*, Síria e Tunísia.

* Esta designação não deve ser interpretada como um reconhecimento do Estado da Palestina e não prejudica as posições de cada Estado-Membro quanto a esta questão.

² Declaração de Barcelona e Parceria Euro-Mediterrânica | EUR-Lex.

³ JOIN(2021)2.

estratégica para os países do Norte de África. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia também teve impacto na região, em especial no respeitante à segurança alimentar.

O Pacto constitui **uma oportunidade para reformular as nossas relações essenciais e sublinhar o nosso empenho na paz, na segurança e na ordem internacional multilateral assente em regras, dando um sinal político claro de parceria na cena mundial.**

O Pacto estabelece um **quadro prático de cooperação** que combina um forte compromisso político com uma abordagem ascendente através da execução de iniciativas conjuntas em domínios de intervenção prioritários de interesse mútuo. Estas iniciativas podem produzir resultados tangíveis para pessoas de todas as idades, em especial para os jovens, as mulheres, as pequenas empresas e os empresários. O Pacto promoverá a cooperação dos níveis regional e local no Espaço Mediterrâneo Comum. A transformação social e económica em curso na região representa uma enorme oportunidade de cooperação que pode beneficiar as pessoas. Ao mesmo tempo, enfrentar em conjunto os desafios climáticos, ambientais e de segurança ajuda a criar e a reforçar a resiliência da região, reorientando a nossa parceria para as indústrias do futuro. O Pacto constitui uma oportunidade para direcionar esforços para domínios que têm um **impacto duradouro e transformador** em toda a região e a nível mundial.

O Pacto é o resultado de um **amplo processo de consulta** com os 10 parceiros do sul do Mediterrâneo, os Estados-Membros da UE, o Parlamento Europeu, o Comité Económico e Social Europeu, o Comité das Regiões, os países terceiros vizinhos, agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais. A **União para o Mediterrâneo (UM)** tem estado estreitamente envolvida neste processo, dada a sua composição única enquanto organização intergovernamental da qual todos os parceiros da UE e do sul do Mediterrâneo são membros. A **Fundação Anna Lindh** desempenhou também um papel importante nas consultas.

Foram igualmente realizadas consultas com um vasto leque de partes interessadas, que representam diversos setores da sociedade civil, incluindo agentes económicos, culturais e sociais, o meio académico e grupos de reflexão. Foi dada especial atenção à dimensão regional e local, tendo em conta que serão fundamentais para a aplicação do Pacto. Os jovens participaram estreitamente nas consultas através de uma série de eventos, nomeadamente através do **Diálogo Euro-Mediterrânico com a Juventude**.

Os resultados destas consultas foram debatidos no âmbito da **reunião ministerial UE-Vizinhança Meridional**, de 14 de julho de 2025, na qual os 10 parceiros do sul do Mediterrâneo e os Estados-Membros da UE confirmaram a sua vontade de trabalhar em conjunto de forma pragmática nas iniciativas e ações concretas do futuro Pacto.

Ao longo do tempo, o Pacto tem também o potencial **de alargar o seu âmbito para além do sul do Mediterrâneo**, criando sinergias com outras iniciativas da UE. A participação em ações de interesse mútuo e estratégico para os parceiros do Golfo, os países vizinhos da África Subsariana, nomeadamente a Mauritânia e o Senegal, a Turquia, bem como os parceiros dos Balcãs Ocidentais e do mar Negro⁴, será explorada e incentivada, conforme adequado. A cooperação com **organizações regionais**, como a União Africana, a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo será igualmente prosseguida.

⁴ A abordagem estratégica da União Europeia para a região do mar Negro, JOIN(2025) 135.

O Pacto apoiará a intensificação da **cooperação triangular, em especial com os parceiros do Golfo**. Este aspeto é fundamental, uma vez que estes países representam uma ponte importante entre a Europa, a Ásia e a África e podem desempenhar um papel importante na resposta aos desafios políticos, económicos, humanitários e de desenvolvimento no sul do Mediterrâneo e no Médio Oriente em particular. Muitos domínios prioritários do Pacto estão alinhados com as prioridades da comunicação conjunta da UE sobre uma parceria estratégica com o Golfo⁵, em especial a transição ecológica, o comércio, os transportes, a estabilidade regional e a segurança mundial.

2. OS TRÊS PILARES DO PACTO

O Pacto marca o início de um processo de natureza aberta que cria um **quadro prático de cooperação** estruturado em torno de três pilares:

- I. **Pessoas: a força motriz da mudança, das ligações e da inovação**
- II. **Economias mais fortes, mais sustentáveis e integradas**
- III. **Segurança, preparação e gestão da migração**

Estes três pilares estão **intrinsecamente ligados**. Cada um inclui um conjunto inicial de **iniciativas novas e exequíveis**, bem como propostas para **intensificar as ações existentes** que podem ter um impacto transformador e trazer valor acrescentado. O Pacto baseia-se no **princípio da flexibilidade**, que permitirá a participação variável dos parceiros na execução das várias iniciativas.

Estará assente nas iniciativas existentes, incluindo o Plano Económico e de Investimento, os acordos de associação, as prioridades de parceria, as parcerias estratégicas e abrangentes, outros quadros de cooperação regional, bem como as estratégias nacionais dos Estados-Membros⁶.

Todos os instrumentos financeiros pertinentes da UE serão mobilizados para apoiar a execução do Pacto, que está em consonância com as prioridades do IVCDCI — Europa Global⁷, com a Estratégia Global Gateway e com a futura Europa Global⁸. Procurar-se-á obter as contribuições dos Estados-Membros da UE e dos parceiros do sul do Mediterrâneo para maximizar o impacto e as sinergias das ações. Do mesmo modo, numa abordagem da Equipa Europa, serão utilizadas as instituições financeiras dos Estados-Membros da UE, as instituições financeiras internacionais⁹ e o financiamento do setor privado, com vista a criar oportunidades para os cidadãos e para as empresas.

A UE e os parceiros do sul do Mediterrâneo trabalharão no sentido de defender os direitos humanos, a boa governação e as liberdades fundamentais, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, promoverão a **igualdade de género, a não discriminação e os direitos das pessoas com deficiência**. Estas

⁵ JOIN(2022) 13.

⁶ Incluindo o Plano Mattei para África e o Processo de Roma conexo.

⁷ Regulamento (UE) 2021/947.

⁸ [Orçamento da UE para 2028-2034](#).

⁹ Nomeadamente, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

medidas servirão de base à execução das iniciativas e constitui um elemento essencial da manutenção de uma sociedade civil dinâmica e da promoção de um ambiente empresarial mais saudável e favorável.

I. Pessoas: a força motriz da mudança, das ligações e da inovação

O Espaço Mediterrânico Comum começa pelas suas gentes: trata-se de um território cultural, histórico e humano partilhado. Os laços entre as pessoas criam pontes que promovem a compreensão mútua e proporcionam oportunidades de crescimento e desenvolvimento, trazendo estabilidade e destacando os benefícios do trabalho em conjunto.

Enquanto somos confrontados na UE com tendências demográficas em declínio, afetadas pela combinação de uma elevada esperança de vida com uma diminuição da taxa de natalidade, a parte sul da região mediterrânica enfrenta pressões sociais, económicas e demográficas. Com o Pacto, temos a oportunidade de investir na educação, nas competências, na migração circular e nos meios de subsistência¹⁰. A educação tem um impacto claro e comprovado no desenvolvimento e no crescimento económico. Embora os jovens do sul do Mediterrâneo estejam dispostos a seguir a via do **ensino superior e da formação profissional**, as baixas taxas de conclusão de licenciaturas¹¹, o reconhecimento desigual das qualificações, a mobilidade limitada e as oportunidades de emprego e de empreendedorismo reduzidas são obstáculos ao acesso a um emprego digno nos mercados de trabalho nacionais, regionais e internacionais¹².

Ao investir nas pessoas, **apoando as suas escolhas de aprendizagem, crescimento e mobilidade**, o Pacto contribuirá para reforçar os laços culturais, académicos, sociais e económicos, tornando a cooperação entre a UE e o sul do Mediterrâneo ainda mais forte e resiliente.

1.1. Ensino superior, formação profissional, desenvolvimento de competências, investigação e inovação

Em consonância com a União das Competências¹³, o Pacto apoiará o **desenvolvimento de competências e o acesso aos mercados de trabalho** através da educação e da formação profissional. A criação de colaborações com instituições e com o setor privado no Espaço Mediterrânico Comum terá como objetivo posicionar a região como plataforma para a

¹⁰ JRC143548. Os dados mostram que, aproximadamente em três décadas, a região do sul do Mediterrâneo transitará para padrões demográficos semelhantes aos atualmente observados na UE. Atualmente, a maioria dos países do sul do Mediterrâneo tem um rácio entre a população em idade ativa e pessoas idosas (com mais de 65 anos) entre 12 e 15 %. No entanto, até 2060, prevê-se que este rácio diminua para cerca de 5 %, ligeiramente acima dos níveis observados na UE. Estas alterações exigirão a mudança dos modelos de crescimento económico de uma dependência da mão de obra em expansão para uma concentração no aumento da produtividade laboral.

¹¹ JRC143548. O rácio médio bruto de conclusão de licenciaturas (CITE 6 e 7) no ensino superior para os seis países do sul do Mediterrâneo com dados disponíveis é de 32,7 %, em contraste com uma média de 44,1 % na UE.

¹² O rácio da população ativa (ou seja, as pessoas empregadas ou que procuram ativamente emprego) para a população em idade ativa é inferior a 50 % nos países do sul do Mediterrâneo e apenas 30 % no caso das mulheres. Em comparação com quase 75 % na UE. Rácio da população ativa para a população em idade ativa, 15-65, 2023, Eurostat.

¹³ COM(2025) 90.

educação, a inovação, a investigação e o desenvolvimento transnacionais, contribuindo para a resiliência e a reconstrução. Neste contexto, as universidades, as instituições de ensino e formação, as infraestruturas de investigação e tecnologia, as indústrias, as fundações e os agentes culturais terão um papel importante a desempenhar.

O Pacto basear-se-á no diálogo político de alto nível sobre o ensino superior, a nível ministerial, bem como na cooperação bem-sucedida com os parceiros do sul do Mediterrâneo no âmbito do Erasmus+, a fim de criar um ambiente de ensino superior mais integrado e inclusivo e com desenvolvimento de competências no Espaço Mediterrânico Comum, nomeadamente através do lançamento da **nova plataforma mediterrânica** para o ensino superior.

Além disso, os esforços educativos podem beneficiar da equidade intergeracional, oferecendo a oportunidade de unir a energia da juventude com a experiência das gerações mais velhas, transformando a diversidade etária numa força partilhada para a inovação e a coesão.

Ensino superior, competências, investigação e inovação

Esta iniciativa vai criar um ambiente mais integrado e inclusivo para o ensino superior e para a aquisição de competências, nomeadamente através:

- **da criação de uma Universidade Mediterrânica**, que será uma instituição com câmpus universitários no Espaço Mediterrânico Comum, com programas em humanidades, ciências naturais e técnicas. Tal basear-se-á na experiência das instituições de ensino superior da região e das alianças das universidades europeias, utilizando e complementando as ações de reforço das capacidades existentes no âmbito do programa Erasmus+. Promoverá o intercâmbio inclusivo de professores e alunos entre determinadas universidades e escolas empresariais da região e procurará desenvolver currículos, programas e diplomas conjuntos, bem como outras atividades educativas, como escolas de verão e microcredenciais conjuntas,
- **do reforço da mobilidade de professores e alunos do ensino superior** no âmbito do programa Erasmus+, bem como da promoção da mobilidade dos **investigadores** nos termos das ações Marie Skłodowska-Curie do Programa Horizonte Europa,
- **da criação e do desenvolvimento de centros de inovação e investigação**, reunindo as universidades e o setor privado para melhorar a transferência de conhecimentos e tecnologias, envolvendo inovadores, empresas em fase de arranque e investidores,
- **da criação de um centro mediterrânico de diplomacia científica** para estabelecer uma ligação entre ciência e política e dar formação ao pessoal técnico e diplomático sobre negociação transfronteiriça, conceção conjunta de projetos e aconselhamento político baseado em dados concretos,
- **do apoio a programas de mentoria intergeracional** para a partilha de conhecimentos e experiências com os jovens.

Para assegurar uma transição harmoniosa para e dentro dos mercados de trabalho e reforçar a competitividade, é fundamental **colmatar o fosso entre educação e formação profissional**, por um lado, e **entre oportunidades de emprego equitativas e dignas**, por outro. A promoção do empoderamento das mulheres e a resolução da disparidade de género no emprego são

essenciais para desbloquear o potencial das economias e das sociedades em todo o Espaço Mediterrânico Comum. A expansão das **vias de migração laboral** entre a UE e o sul do Mediterrâneo, incluindo para os trabalhadores sazonais, continua a ser de crucial importância para fazer face à oferta e à procura nos mercados de trabalho e promover o crescimento económico¹⁴.

Colmatar o défice de competências e qualificações nos mercados de trabalho

Esta iniciativa terá como objetivo apoiar a transição harmoniosa dos trabalhadores dos parceiros do sul do Mediterrâneo para os mercados de trabalho regionais, nacionais e internacionais. Reunirá diferentes domínios de empregabilidade, através:

- **do reforço dos ecossistemas de educação e formação técnica e profissional (EFTP)**, alinhando a formação profissional com as necessidades do mercado de trabalho a fim de abranger setores de interesse mútuo, incluindo a agricultura e a transformação de alimentos, os setores digital e cultural e o turismo inovador,
- **do apoio ao desenvolvimento de regimes inspirados em planos nacionais da Garantia para a Juventude¹⁵** adaptados aos contextos regionais e locais para garantir que os jovens encontram oportunidades nos mercados de trabalho,
- **da criação de um rastreador de Competências MED** para documentar as competências adquiridas pelos beneficiários de projetos da UE ou de parceiros. O rastreador de Competências MED facilitará o reconhecimento e a transferibilidade de competências e reforçará as oportunidades de mobilidade internacional e circular no âmbito dos programas e iniciativas existentes¹⁶. Tal contribuirá para as parcerias de talentos,
- **da melhoria dos programas de aprendizagem de qualidade e dos modelos de aprendizagem em contexto laboral**, nomeadamente através da promoção da participação dos parceiros do sul do Mediterrâneo na Aliança Europeia para a Aprendizagem.

1.2. Cultura, desporto e turismo

O Mediterrâneo tem uma dimensão impressionante de **património cultural e natural, tanto material como imaterial**. Com mais de 60 sítios do património mundial da UNESCO e uma paisagem arquitetónica e artística contemporânea dinâmica¹⁷, a região do sul do Mediterrâneo representa um forte testemunho das nossas raízes comuns e constitui uma base para a

¹⁴ JRC143548. A migração tem um efeito benéfico para o bem-estar dos países do sul do Mediterrâneo e atenua a pressão do mercado de trabalho na UE. Estudar na União Europeia representa um canal de entrada cada vez mais importante no mercado de trabalho da UE para os nacionais da Vizinhança Meridional.

¹⁵ [A Garantia para a Juventude reforçada — Comissão Europeia](#).

¹⁶ Como os programas Erasmus+, Horizonte Europa, PRIMA, THAMM+, programas do Mecanismo de Parceria para a Migração (MPM), Rede de Conectividade Medusa e com o apoio do Observatório Mediterrânico das Competências da ETF.

¹⁷ [UNESCO World Heritage Centre - World Heritage List](#) (não traduzido para português).

cooperação futura através da cultura e do turismo cultural sustentável, incluindo as tradições gastronómicas¹⁸, a educação e o desenvolvimento impulsionado pelo património.

Os locais e instituições culturais, bem como os museus, devem ser mais do que locais de exposição, funcionando como motores da mudança, do desenvolvimento económico e do crescimento inclusivo, com potencial para desencadear a reabilitação e a revitalização das zonas urbanas, costeiras e rurais. A colaboração com os setores público e privado, bem como com doadores e fundações locais e internacionais, é fundamental para desbloquear o seu potencial. Através da promoção do turismo sustentável e da gestão de sítios do património, as regiões podem assegurar que estes se tornam uma fonte duradoura de benefícios económicos e sociais. A proteção da arte e do património cultural e natural contra a pilhagem e o tráfico (e a proteção dos direitos dos artistas contemporâneos) continua a ser uma área de interesse mútuo.

Os sítios do património cultural e os museus podem tornar-se espaços de reflexão e diálogo abertos a várias comunidades, criando oportunidades de resiliência e coesão culturais. **As artes, a música, o artesanato e o cinema têm a capacidade** de promover a compreensão mútua, a diversidade, a inclusão e o desenvolvimento socioeconómico. O Pacto promoverá ações, incluindo o lançamento de um diálogo de alto nível sobre a cooperação cultural, também centrado no património cultural.

O investimento no desporto reforça a coesão, supera as clivagens sociais e promove a inclusão. Para além dos benefícios económicos e para a saúde, desempenha um papel fundamental no envolvimento dos jovens e na promoção de um sentimento de pertença. Os próximos eventos desportivos importantes¹⁹ que irão reunir países de toda a região oferecem oportunidades promissoras de cooperação regional e de conectividade sustentável e ajudam a promover a igualdade e a não discriminação.

O aprofundamento do diálogo interconfessional contribui para a compreensão mútua e a cooperação pacífica para enfrentar desafios comuns.

Com base nos ensinamentos retirados dos programas Erasmus+, Europa Criativa e Horizonte Europa, o Pacto explorará vias para reforçar a cooperação com base nas iniciativas existentes da UE nos domínios da investigação, da cultura, da juventude e do desporto.

Iniciativa euro-mediterrânica para a cultura, o desporto e o turismo

Esta iniciativa promoverá uma rede multisetorial dos setores público e privado, da sociedade civil, de fundações, de operadores turísticos e de universidades para promover o património cultural e a indústria criativa, o turismo cultural e o desporto, nomeadamente através:

- **da proteção e da valorização do património cultural:**
 - **criando um mecanismo específico para proteger e promover o património cultural mediterrânico** ao congregar recursos públicos e privados,
 - **criando vias culturais mediterrânicas** para reforçar o espaço cultural mediterrânico partilhado,

¹⁸ Incluindo através da eventual extensão do [AfrIPI — projeto de cooperação internacional](#).

¹⁹ Como os Jogos do Mediterrâneo e o Campeonato do Mundo de futebol de 2030.

- **alargando o espaço comum europeu de dados sobre o património cultural** aos parceiros do sul do Mediterrâneo, com o objetivo de desenvolver a digitalização e preservar o seu património cultural.
- **da construção de uma plataforma digital colaborativa «CulturIT»** para promover parcerias entre atividades culturais,
- **da participação em eventos culturais importantes e da melhoria das residências de artistas e de outros intervenientes culturais**, nomeadamente através de redes regionais para talentos,
- **da participação em atividades relacionadas com a campanha #BeActive e com a Semana Europeia do Desporto** a fim de sensibilizar para os benefícios do desporto para a saúde física e mental,
- **da colaboração com os Jogos do Mediterrâneo** para aumentar ainda mais a visibilidade deste evento, em especial entre os jovens, de forma a promover os benefícios do desporto e o seu impacto positivo no combate aos estereótipos e na promoção da inclusividade.

1.3 Capacitar a sociedade civil, a juventude e as comunidades locais

A **sociedade civil e as comunidades locais** possuem um conhecimento profundo da realidade no terreno. O seu trabalho contribui para uma sociedade mais inclusiva, nomeadamente através do apoio às comunidades locais na prestação de serviços sociais e comunitários, na sensibilização para os principais desafios societais, no aumento da participação democrática, no empoderamento das mulheres e dos jovens e no apoio à literacia digital. São também fundamentais para melhorar a situação dos grupos vulneráveis, incluindo das pessoas com deficiência.

Uma sociedade civil ativa e empoderada, juntamente com os parlamentos e as instituições públicas, pode facilitar o diálogo local e permitir uma melhor conceção e aplicação de políticas benéficas para os cidadãos. Um **ambiente mediático** próspero é essencial para assegurar um espaço de debate aberto e inclusivo. Do mesmo modo, o desenvolvimento a nível regional e local através de abordagens integradas e participativas tem a capacidade de apoiar o crescimento equilibrado, tanto nas zonas urbanas como rurais.

O Pacto intensificará os esforços para promover um ambiente favorável à sociedade civil e ajudar as comunidades locais a desenvolver capacidades de desempenho eficaz das suas funções.

Empoderar a sociedade civil, a juventude e as comunidades locais

Esta iniciativa terá por objetivo apoiar uma sociedade civil dinâmica e as comunidades locais enquanto vetores de desenvolvimento e coesão social. Capacitará os principais intervenientes a dar um apoio concreto às suas comunidades, nomeadamente através:

- **da criação de uma Assembleia Parlamentar da Juventude para o Mediterrâneo** para ouvir a voz e o contributo dos jovens,
- **do apoio ao desenvolvimento de um serviço cívico mediterrânico** por meio da criação de uma plataforma destinada a ligar os jovens de toda a região mediterrânica

a um leque diversificado de oportunidades de voluntariado, tanto nos seus próprios países como na restante região. Esta iniciativa está assente em iniciativas de voluntariado e complementará outras iniciativas de mobilidade, promovendo uma compreensão mútua mais profunda entre os jovens no Espaço Mediterrânico Comum,

- **do empoderamento das organizações lideradas por mulheres enquanto influenciadoras fundamentais nas suas comunidades**, envolvendo-as ativamente na criação e execução de iniciativas em vários setores, como a melhoria de competências, o ensino superior e o apoio às empresas. Esta ação basear-se-á igualmente na experiência adquirida para apoiar as empresas em fase de arranque lideradas por mulheres, nomeadamente nas zonas rurais e remotas,
- **do reforço do apoio às organizações de comunicação social**, facilitando iniciativas de desenvolvimento de capacidades, proporcionando oportunidades para projetos colaborativos e promovendo a partilha de experiências. A ação reforçará a nossa cooperação em curso de apoio aos jovens influenciadores da região,
- **do reforço do mecanismo de cooperação a nível local**, inspirado na abordagem do Pacto de Autarcas, com o objetivo de promover a inclusão social a nível local e municipal para cidadãos de todas as idades, incluindo para as pessoas em situações vulneráveis.

II. Economias mais fortes, mais sustentáveis e integradas

O aprofundamento das relações comerciais e da integração económica contribui para assegurar a estabilidade e a resiliência económica. A UE e os parceiros do sul do Mediterrâneo têm laços económicos fortes e de longa data, para além de um enorme potencial para aumentar ainda mais a integração económica dos mercados em toda a região, criando crescimento sustentável e oportunidades de emprego. As nossas economias são complementares e proporcionam benefícios mútuos significativos.

O êxito do Pacto dependerá igualmente da capacidade de mobilizar investimentos públicos e privados em grande escala. A **Estratégia Global Gateway²⁰ no Mediterrâneo** pode impulsionar investimentos inteligentes, limpos e seguros nos setores digital, energético, da resiliência hídrica, da agricultura e dos transportes inovadores, reforçando os sistemas de saúde, da educação e da investigação, em consonância com o Pacto da Indústria Limpa da UE²¹.

II.1. Oportunidades de comércio e investimento

A UE é o principal parceiro comercial da Vizinhança Meridional, representando 41 % do total das trocas comerciais da região com o mundo em 2024. Os parceiros do sul do Mediterrâneo salientam frequentemente a necessidade de desenvolver cadeias de valor e atrair e reter um maior volume de investimentos diretos. Ao mesmo tempo, o comércio e o investimento exigem

²⁰ JOIN(2021) 30.

²¹ COM(2025) 85.

ambientes previsíveis, estabilidade macroeconómica, convergência regulamentar e condições de concorrência equitativas entre os setores público e privado.

A região apresenta oportunidades económicas e comerciais substanciais, sustentadas pelo seu capital humano, pela competitividade dos custos das energias renováveis e dos transportes, para além da aceleração da transição digital. A reestruturação do comércio mundial abre novas oportunidades, uma vez que o sul do Mediterrâneo tem um papel a desempenhar na diversificação das cadeias de abastecimento. Com base em parcerias bilaterais, o Pacto contribuirá para intensificar o trabalho conjunto de construção de um panorama económico sólido, de promoção do comércio e dos investimentos sustentáveis e de **continuação da integração das cadeias de abastecimento**, nomeadamente nos setores da saúde e da agricultura, bem como nas tecnologias e energias limpas, fundamentais para aumentar as previsões de competitividade e descarbonização do Espaço Mediterrânico Comum. O Pacto reforçará a cooperação no respeitante às matérias-primas críticas, a fim de assegurar cadeias de abastecimento resilientes, transparentes e sustentáveis em setores-chave, como os adubos.

Modernização e reforço das relações comerciais e de investimento para um crescimento mais inclusivo, resiliente e sustentável

Esta iniciativa visa tirar partido do potencial dos **acordos comerciais existentes**²² e participar em novas iniciativas de reforço da integração económica, através:

- **do apoio à modernização das relações comerciais bilaterais de uma forma mais flexível e direcionada**, através de novas formas de envolvimento em setores-chave de interesse mútuo, assegurando a aplicação efetiva dos compromissos para eliminar barreiras não pautais ao comércio, de forma a aumentar a previsibilidade e reforçar a confiança dos investidores,
- **da exploração de acordos de facilitação do investimento sustentável** com parceiros interessados para atrair investimento direto estrangeiro.

Esta iniciativa irá promover e atrair **investimentos** de apoio às economias inovadoras e digitais, para além de reforçar a integração da cadeia de abastecimento, através:

- **do reforço do ambiente empresarial e de investimento, da convergência regulamentar e da simplificação dos procedimentos aduaneiros**, nomeadamente através de assistência técnica para apoiar as reformas económicas dos países parceiros²³,
- **do reforço das plataformas nacionais e temáticas de investimento**, reunindo o setor privado, as instituições financeiras nacionais e as internacionais.

II.2. Potenciar os ecossistemas de empresas em fase de arranque

Apesar de muitos desafios estruturais, a região do sul do Mediterrâneo registou um aumento da atividade empresarial, que depende de uma população jovem e familiarizada com as tecnologias, e um crescente interesse dos investidores. **A diversificação gradual e a**

²² Estas incluem a Convenção sobre Regras de Origem Preferenciais Pan-Euro-Mediterrânicas.

²³ Nomeadamente no contexto da assistência macrofinanceira da UE, sempre que pertinente.

transformação estrutural da economia estão a ocorrer a nível local, incluindo nas zonas urbanas e rurais, criando oportunidades de desenvolvimento de cadeias de valor nacionais e regionais, aumentando a complementaridade para a integração económica. Para aproveitar todo este potencial, é essencial apoiar a produção e as empresas locais, nomeadamente na agricultura. Para tal, será necessário continuar a desenvolver o papel do empreendedorismo social local e dos modelos empresariais alternativos enquanto motores essenciais do crescimento económico inclusivo e sustentável.

StartUp4Med

Esta iniciativa tem como objetivo desbloquear o potencial de crescimento e a criação de emprego das empresas em fase de arranque e das micro, pequenas e médias empresas (MPME)²⁴, proporcionando oportunidades de expansão da participação económica, em especial para os jovens e as mulheres. Estabelece ligações com os mecanismos setoriais existentes²⁵ e alinha-se com a Estratégia Europeia para as Empresas em Fase de Arranque e as Empresas em Fase de Expansão²⁶. Este objetivo será alcançado através:

- **da criação de um mecanismo regional de apoio às empresas em fase de arranque** para facilitar o acesso ao financiamento e à mobilização do investimento. Por via da abordagem da Equipa Europa, as instituições financeiras europeias serão mobilizadas em combinação com canais de financiamento alternativos, como os «empréstimos de honra» (concedidos sem juros e sem requerer garantias), o financiamento colaborativo e o financiamento misto²⁷,
- **da criação de um programa Open for Business (Atratividade Empresarial)** destinado ao setor privado para identificar os domínios que suscitam preocupação e facilitar a simplificação jurídica e regulamentar,
- **do desenvolvimento de um conjunto de ferramentas políticas** para promover a formalização das MPME, nomeadamente através de procedimentos administrativos simplificados, incentivos financeiros e ligações em matéria de proteção social. Os microempresários informais beneficiarão de apoio específico, como acompanhamento, assistência jurídica e certificação de competências.

II.3. Infraestrutura digital e cibersegurança

A **revolução digital e da inteligência artificial (IA)** está a reconfigurar as economias e as sociedades. Existe um forte incentivo para que se formem parcerias neste domínio para desbloquear o potencial das soluções digitais, dos dados e da IA, de forma a reforçar a competitividade e a eficiência das nossas economias e sociedades, garantindo a segurança, a

²⁴ De acordo com as estatísticas do Banco Mundial, as MPME do sul do Mediterrâneo representam 90 % do número total de empresas e contribuem com dois terços do PIB e 75 % do emprego.

²⁵ A plataforma BlueInvest está aberto a inovadoras empresas em fase de arranque da economia azul e a PME tecnológicas da zona do Mediterrâneo.

²⁶ COM(2025) 270.

²⁷ O mecanismo regional para as empresas em fase de arranque poderia tirar partido da experiência do fundo de capital de risco do Conselho Europeu da Inovação (CEI) para apoiar a inovação europeia de tecnologia profunda, nomeadamente nos países da região associados ao Horizonte Europa e que já beneficiam dele.

soberania e o alinhamento com os valores fundamentais, os direitos humanos e os princípios da boa governação.

Uma verdadeira interligação através de infraestruturas digitais seguras e fiáveis em todo o Mediterrâneo é um objetivo fundamental não só para aproximar as nossas economias e cidadãos, mas também para aumentar a segurança partilhada e uma comunicação mais simples. Os fluxos de dados são vitais para o desenvolvimento económico e social e abrem novas oportunidades para as pessoas, as empresas e as organizações em todo o Mediterrâneo.

Neste contexto, a melhoria do acesso aos serviços públicos em linha, a apresentação de soluções de governação eletrónica e de infraestruturas públicas digitais, a garantia de infraestruturas críticas, a melhoria da governação e da regulamentação digitais e a proteção dos direitos digitais continuam a ser fundamentais.

A disponibilidade de informações e dados abertos pelos sistemas espaciais pertencentes à UE, como o Copernicus, possibilitada por infraestruturas digitais, pode contribuir para o aumento das oportunidades de negócio na região.

Oferta de empresas tecnológicas para economias integradas digitais e de dados

Esta iniciativa visa **apresentar uma oferta de empresas tecnológicas** aos parceiros do sul do Mediterrâneo²⁸, através:

- **do apoio à implantação de infraestruturas digitais seguras e fiáveis nos domínios dos sistemas de cabos submarinos, das redes 5G, da conectividade de banda larga em zonas rurais e das infraestruturas de centros de dados,**
 - **ligando todos os países interessados da região através de sistemas de cabos submarinos, como Medusa e Blue-Raman**, com a possibilidade de os alargar também aos parceiros do Golfo. Tal facilitará o intercâmbio seguro e sem descontinuidades de dados, nomeadamente através de interligações com iniciativas existentes, como o Corredor Digital UE-África-Índia, ligando-o também ao Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa (IMEC) e ao T-MED,
 - **prestando apoio técnico e financeiro para a implantação de redes 5G e centros de dados seguros e fiáveis** na região, através da participação das instituições financeiras nacionais, internacionais e da UE, **em conformidade com o conjunto de instrumentos 5G e outra legislação pertinente**²⁹ e fornecidos por fornecedores de confiança.
- **do lançamento de um programa regional de reforço das capacidades ao nível das telecomunicações e da exploração do potencial de quadros legislativos adequados, nomeadamente a cooperação em matéria de itinerância**, entre os parceiros do sul do Mediterrâneo interessados,
- **da aceleração da construção de ecossistemas de IA**, baseada no modelo dos **Polos de Inovação Digital da UE e das fábricas de IA da UE**³⁰, incluindo a implantação de infraestruturas de IA e de dados e o apoio às universidades, às PME, à indústria e às empresas em fase de arranque para desenvolver e aplicar a IA em vários setores, como a indústria transformadora, os cuidados de saúde, a agricultura ou o clima,
- **da partilha de conhecimentos especializados e de soluções concretas de governação eletrónica nos domínios das identidades digitais e das infraestruturas públicas digitais,**
 - utilizando **serviços de confiança e de identidade digital** de fonte aberta, para além de **soluções de infraestruturas públicas digitais** seguras e conformes com a proteção de dados,
 - simplificando os intercâmbios transfronteiriços entre governos e empresas, tornando a mobilidade dos cidadãos mais fácil.
- **do aumento dos intercâmbios técnicos e da cooperação em matéria de cibersegurança**, nomeadamente para apoiar a capacidade de **deteção, preparação e resposta a ameaças e incidentes de cibersegurança**.

²⁸ Em consonância com a Estratégia Digital Internacional da UE, JOIN(2025) 140.

²⁹ [O conjunto de instrumentos da UE para a segurança das redes 5G](#).

³⁰ [AI Factories | Shaping Europe's digital future](#) (não traduzido para português).

II.4. Investir em energias renováveis e tecnologias limpas

O Mediterrâneo é um **ponto crítico das alterações climáticas e da biodiversidade** e está em risco devido aos crescentes **desafios e pressões ambientais**. O Pacto definirá **uma agenda comum para mobilizar o potencial das energias renováveis do sul do Mediterrâneo e proporcionar uma tripla vantagem**: acelerar a descarbonização regional, melhorar a segurança energética e aumentar a competitividade industrial. **A transição para um modelo energético eficiente, fiável e sustentável é essencial para a região**. Em consonância com o Pacto da Indústria Limpa, uma economia circular eficiente em termos de recursos, incluindo o desenvolvimento de energias renováveis e a produção de tecnologias limpas, proporciona benefícios socioeconómicos significativos e atrai investimento direto estrangeiro. Estes objetivos serão prosseguidos através de quadros comerciais bilaterais flexíveis e modernizados e de novas formas de envolvimento, tais como acordos de facilitação do investimento sustentável e parcerias de comércio e investimento limpos no contexto da Iniciativa de Cooperação Transmediterrânica no domínio da Energia e das Tecnologias Limpas. Tal será desenvolvido também através do reforço da cooperação com os parceiros do Golfo e da África Subsariana.

Iniciativa de Cooperação Transmediterrânica no domínio das Energias Renováveis e das Tecnologias Limpas (T-MED)

Esta iniciativa apoiará a cooperação transmediterrânica mutuamente benéfica, promovendo a transição energética interna e o desenvolvimento das tecnologias limpas nos parceiros do sul do Mediterrâneo, criando oportunidades económicas e facilitando o comércio de energias renováveis e as parcerias industriais em toda a região, através:

- **da criação de uma plataforma de investimento T-MED**, que servirá de instrumento de coordenação para desenvolver uma reserva de projetos no domínio da produção de energias renováveis, das infraestruturas de rede, por via das redes de transporte e distribuição domésticas dos parceiros do sul do Mediterrâneo relacionadas com projetos de interesse mútuo identificados em conformidade com o Regulamento RTE-E, e do fabrico de tecnologias limpas. A plataforma reunirá promotores de projetos, instituições financeiras nacionais, internacionais e da UE, instrumentos financeiros da UE e investidores privados, de forma a catalisar investimentos em grande escala, com destaque para soluções de financiamento misto e de redução dos riscos,
- **da criação de um mecanismo regulamentar específico** para apoiar os parceiros do sul do Mediterrâneo na execução de reformas específicas em matéria de regulamentação e do setor energético³¹ relacionadas com a disponibilidade para o investimento e o acesso aos instrumentos financeiros da UE,
- **da modelação dos sistemas energéticos** para melhor avaliar os impactos económicos, de sustentabilidade e de segurança de um maior nível de penetração das

³¹ Estes podem incluir o acesso de terceiros à rede, acordos de aquisição de energia, a reforma e a transparência tarifária incluindo o reflexo sobre os custos, a separação, a liberalização dos mercados grossista e retalhista, o comércio transfronteiriço e a integração regional).

energias renováveis, bem como dos novos projetos de infraestruturas energéticas na região,

- **do acesso a um instrumento de assistência técnica** que serve de portal único para a assistência técnica relacionada com energias renováveis, eficiência energética, eletrificação e tecnologias limpas,
- **do estabelecimento de uma certificação e de um programa de apoio ao comércio de energias renováveis** para permitir transações transfronteiriças de eletricidade e hidrogénio renováveis. Será lançado um **manual** prático para orientar a aplicação de sistemas de certificação e de garantias de origem transfronteiras piloto³²,
- **do reforço das colaborações industriais no domínio das tecnologias limpas** para promover parcerias industriais sólidas entre empresas europeias e do sul do Mediterrâneo em cadeias de valor críticas. Tal pode incluir a energia solar e eólica, os eletrolisadores e a produção de hidrogénio limpo, bem como as tecnologias de aquecimento e arrefecimento, as tecnologias de rede e armazenamento, as bombas de calor e as tecnologias de eficiência energética nos setores da indústria e da construção,
- **do apoio à criação no terreno de organizações empresariais europeias do setor energético e das tecnologias limpas específicas de cada país**, que pode ser prestado em cooperação com a rede europeia de empresas e os polos industriais europeus. Será criada uma **plataforma específica das partes interessadas** para identificar os setores prioritários, desenvolver planos de ação abrangentes e sensíveis às questões de género e envolver ativamente o setor privado da UE. Esta plataforma desempenhará também um papel central na facilitação de oportunidades de investimento e na negociação de acordos de compra que apoiem a colaboração a longo prazo em sinergia e complementaridade com a Plataforma da UE para a Energia e as Matérias-Primas,
- **do desenvolvimento de uma Agenda de Competências T-MED³³**, que será fundamental para colmatar as disparidades de mão de obra e de género, alinhando a formação com as necessidades da indústria e dos empregadores.

II.5 Rumo a um Mediterrâneo mais sustentável e resiliente

As alterações climáticas, a poluição e a perda de biodiversidade afetam fortemente a região mediterrânica e a sua resiliência. A transição para energias limpas representa também uma oportunidade de desenvolvimento da competitividade sustentável na região. O Pacto permitirá tirar partido dos benefícios decorrentes dessa transição, dando resposta aos crescentes impactos das alterações climáticas e à degradação ambiental, nomeadamente no quadro de um eventual tratado mundial contra a poluição por plásticos. O Pacto tentará igualmente dar resposta à vulnerabilidade da região em termos de alterações climáticas e de degradação ambiental, apoiando um planeamento eficaz e mobilizando os fluxos de financiamento disponíveis para

³² Será necessária uma cooperação regulamentar com os países do sul do Mediterrâneo para permitir a adoção de requisitos, tanto para a eletricidade renovável como para os combustíveis, que seja compatível com o quadro da UE. Serão necessários acordos específicos com países terceiros para permitir o reconhecimento mútuo das garantias de origem.

³³ Ação ligada às parcerias existentes no domínio das energias renováveis (Pacto para as Competências) e projetos Erasmus+ conexos, como o SHOREWINNER.

investimentos relacionados com a sustentabilidade, tanto internacionais como nacionais, privados e públicos.

Parceria para a transição para energias limpas, crescimento sustentável e resiliência

Esta iniciativa visa apoiar a cooperação regional e as parcerias locais sobre o clima e o ambiente, nomeadamente no contexto da Convenção de Barcelona³⁴, para promover a transição para energias limpas e o desenvolvimento económico resiliente às alterações climáticas, através:

- **do reforço da colaboração** com os parceiros do sul do Mediterrâneo interessados em **soluções climáticas**, por via do diálogo e da promoção da partilha de conhecimentos, para além da prestação de assistência técnica específica a instrumentos de mitigação das alterações climáticas, incluindo a atribuição de um preço às emissões de carbono,
- **do desenvolvimento de reservas de investimento na adaptação às alterações climáticas**, por via do reforço das capacidades nacionais e locais para desenvolver e executar projetos, tirando partido de parcerias com as instituições financeiras internacionais, os fundos para o clima e as partes interessadas privadas,
- **do estabelecimento de um plano regional para facilitar os investimentos** no tratamento moderno de águas residuais e na gestão dos resíduos sólidos,
- **do lançamento de novas parcerias para a resiliência hídrica** para reforçar a cooperação em matéria de gestão integrada dos recursos hídricos, em especial a reutilização da água,
- **do reforço da iniciativa «Green Forward»**, capacitando, em especial, as PME, para promover a economia circular e a eficiência na utilização dos recursos, eliminar os plásticos de utilização única, apoiar a bioeconomia e promover o diálogo regulamentar sobre a circularidade, incluindo, por exemplo, sobre os têxteis,
- **do apoio à execução conjunta do Quadro Mundial para a Biodiversidade**, nomeadamente a execução de estratégias e planos de ação nacionais em matéria de biodiversidade e a criação, expansão e gestão de áreas protegidas, em especial zonas marinhas protegidas.

II.6. Promover uma economia azul sustentável

O mar Mediterrâneo é o meio de subsistência de milhões de pessoas, mas enfrenta uma pressão ambiental e económica cada vez maior. O Pacto promoverá uma economia azul justa, sustentável e competitiva, em consonância com o **Pacto Europeu dos Oceanos**³⁵, nomeadamente no âmbito da próxima declaração ministerial MedFish4Ever, que molda a próxima Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM) para além de 2027. Além disso, em conformidade com a **Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica**³⁶, o Pacto reforçará a governação hídrica e promoverá a utilização eficiente e sustentável da água através do nexo entre água, energia, alimentação e ecossistema.

³⁴ [Convenção de Barcelona e Protocolos | UNEP MAP](#).

³⁵ COM(2025) 281.

³⁶ COM(2025) 280.

Iniciativa Saúde e Riqueza Mediterrânicas Azuis

A iniciativa visa restaurar os recursos naturais dos ecossistemas mediterrânicos, reforçar a sua resiliência, melhorar a sustentabilidade das práticas de pesca e aquicultura e a governação internacional das pescas, bem como impulsionar a inovação no domínio da tecnologia azul, através:

- **do apoio aos investimentos em soluções sustentáveis da economia azul** por via da Parceria Mediterrânica Azul e da plataforma BlueInvest,
- **do lançamento da Comunidade de Práticas para a Economia Azul da UE**³⁷, a fim de oferecer orientações baseadas na recolha de dados, no desenvolvimento de metodologias e normas em matéria de dados, bem como na análise e investigação,
- **do reforço da diplomacia oceânica** para trabalhar em conjunto com os parceiros do sul do Mediterrâneo na promoção da adesão às normas de governação internacionais³⁸ e na melhoria dos quadros jurídicos relacionados com a gestão regional das pescas,
- **do desenvolvimento de um novo projeto para aumentar as capacidades de controlo e inspeção dos Estados costeiros** para reforçar a governação regional das pescas e combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) através do reforço das capacidades de acompanhamento, controlo e vigilância,
- **do reforço da cooperação regional para assegurar uma utilização mais coerente e sustentável do espaço marinho por via do ordenamento do espaço marítimo**, enquanto facilitador da proteção da natureza e da coexistência de atividades no mar,
- **do lançamento da iniciativa «Da Água ao Mercado»**, que visa apoiar os produtores, as cooperativas e as associações do setor aquático a expandirem o valor acrescentado da sua produção, a melhorarem a transformação dos alimentos e a alcançarem novos mercados, incluindo o acesso ao financiamento e ao investimento,
- **do reforço da investigação e da inovação conjuntas sobre o nexo entre água, energia, alimentos e ecossistema (WEFE)** com base na parceria PRIMA³⁹,
- **da intensificação da «Missão Mediterrânica Azul»**⁴⁰ **para a restauração e a resiliência**, proporcionando soluções de investigação e inovação para restaurar os ecossistemas e a biodiversidade do mar Mediterrâneo e da água, travar a poluição no mar e a partir de fontes terrestres, reduzir o ruído dos oceanos, aumentar a resiliência climática e hídrica e a preparação das comunidades costeiras para fenómenos extremos.

II.7. Transportes sustentáveis e maior conectividade

Uma região bem conectada é fundamental para apoiar o comércio e os setores emergentes, promovendo simultaneamente a descarbonização das atividades económicas. O Espaço Mediterrânico Comum é frequentemente afetado pela fragmentação dos transportes e da regulamentação, pelo subinvestimento e pela falta de capacidade de planeamento, com

³⁷ Observatório da Economia Azul da União Europeia.

³⁸ Nomeadamente para ratificar e aplicar o Acordo BBNJ.

³⁹ [Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica \(PRIMA\)](#).

⁴⁰ [BlueMissionMed](#).

implicações substanciais na mobilidade transfronteiriça de pessoas, bens e serviços. Por conseguinte, é fundamental colmatar as lacunas de capacidade e as discrepâncias regulamentares nos domínios das normas aduaneiras e ambientais, da eficiência e da segurança. Tal facilitará a consecução do objetivo de alargar a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) da UE e, se pertinente, de aumentar ainda mais a conectividade com as regiões vizinhas, como o Golfo e não só. Em especial, uma maior coordenação e expansão do Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa reforçaria a fiabilidade dos transportes e a conectividade digital segura no Mediterrâneo, contribuindo para a segurança económica da região.

Transportes sustentáveis para uma região com melhor conectividade

Esta iniciativa visa proporcionar soluções de transporte fiáveis e sustentáveis, através:

- **da intensificação dos esforços conjuntos para promover a utilização e o fornecimento de combustíveis renováveis e hipocarbónicos para os transportes** (marítimos e aviação), em conformidade com os princípios estabelecidos na regulamentação da UE sobre combustíveis sustentáveis para aviação⁴¹, sobre combustíveis marinhos sustentáveis⁴² e na Estratégia dos Portos da UE⁴³. Tal incluirá igualmente a procura de um alinhamento das práticas sustentáveis com as normas internacionais (OACI, OMI), apoiando assim também os intervenientes no Mediterrâneo nos seus esforços de prevenção da poluição causada por navios e incentivando os esforços de cooperação através das convenções marinhas regionais⁴⁴ para promover um Espaço Mediterrânico Comum limpo, protegido e seguro,
- **da melhoria da conectividade em toda a região por via da expansão das ligações de transporte multimodal e de uma maior interoperabilidade e do alinhamento regulamentar**, realizando progressos no sentido do alargamento da RTE-T aos países do sul do Mediterrâneo e também da ligação com o IMEC, o T-MED e a África Subsariana. A ligação dos portos a outros modos de transporte hipocarbónicos permitirá uma melhor integração dos centros costeiros com mercados do interior. Um melhor alinhamento regulamentar pode ser assegurado através do apoio a projetos de assistência técnica e de um maior diálogo político,
- **da melhoria da conectividade aérea** em conformidade com as normas ambientais, prossequindo os trabalhos sobre os novos ou existentes acordos de transporte aéreo a nível da UE com os parceiros do sul do Mediterrâneo e apoiando o mercado único africano dos transportes aéreos,
- **do apoio a projetos de mobilidade urbana e rural com conhecimentos especializados e tecnologias da UE** para complementar os esforços realizados em

⁴¹ PE/29/2023/REV/1, Regulamento (UE) 2023/2405.

⁴² PE/26/2023/INIT, Regulamento (UE) 2023/1805.

⁴³ P9 TA(2024)0025 — Criação de uma estratégia europeia dos portos abrangente.

⁴⁴ Vários Estados-Membros da UE (Chipre, Croácia, França, Eslovénia, Espanha, Grécia, Itália e Malta), bem como a Argélia, o Egito, Israel, o Líbano, a Líbia, Marrocos, a Síria e a Tunísia, participam no Centro Regional Mediterrânico para a Intervenção de Emergência contra a Poluição Marinha Acidental, administrado pela Organização Marítima Internacional e que funciona no âmbito da Convenção de Barcelona administrada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

matéria de transportes multimodais por via da aplicação do conceito de nós urbanos⁴⁵ da RTE-T e para promover a sustentabilidade, nomeadamente através da atenuação e da adaptação às alterações climáticas, e a habitabilidade nas cidades do Mediterrâneo em rápida expansão.

II.8. Elaboração de políticas baseadas em dados concretos e partilha de conhecimentos

A promoção de políticas baseadas em dados concretos e da partilha de conhecimentos continua a ser de crucial importância. Em especial, o sistema Copernicus da UE disponibiliza serviços sobre o estado do ambiente da Terra, com base numa política de dados completos, livres e abertos, tendo assim a capacidade de apoiar a tomada de decisões baseada em dados concretos. Além disso, a disponibilidade de estatísticas e dados oficiais pertinentes e comparáveis é essencial para a tomada de decisões e a elaboração de políticas baseadas em dados concretos.

Partilha de conhecimentos e estatísticas para uma melhor tomada de decisões

Esta iniciativa visa melhorar a partilha de dados, conhecimentos e estatísticas entre a UE e os parceiros do sul do Mediterrâneo, através:

- **da criação de um mecanismo *ad hoc*** para o intercâmbio de informações e avaliação dos impactos transfronteiriços das respetivas legislações,
- **da continuação do desenvolvimento da cooperação** com os institutos nacionais de estatística dos países do sul do Mediterrâneo com o objetivo de **apresentar estatísticas e dados oficiais pertinentes e comparáveis** sobre os domínios abrangidos pelos três pilares do Pacto,
- da partilha de boas práticas e experiências, **utilizando novas fontes de dados e tecnologias modernas, incluindo a IA**, para desenvolver novas perspetivas estatísticas e ferramentas estatísticas pertinentes,
- **da promoção da inovação no setor público**, recorrendo aos dados e informações disponíveis dos sistemas espaciais da UE para preparar decisões baseadas em dados concretos em muitos dos domínios abrangidos pelo Pacto.

III. Segurança, preparação e gestão da migração

O Espaço Mediterrâneo Comum enfrenta desafios relacionados com a segurança, os perigos naturais e induzidos pelo ser humano, a migração ilegal e a gestão das fronteiras. A instabilidade nos pontos críticos regionais cria insegurança, exercendo pressão sobre a resiliência das sociedades.

As crescentes pressões nas fronteiras, a criminalidade transfronteiriça e os desafios comuns da migração ilegal ao longo de rotas-chave exigem esforços coordenados no combate à introdução clandestina de migrantes e ao tráfico de seres humanos, assegurando abordagens seguras, ordenadas e baseadas em direitos que garantam a proteção dos direitos dos migrantes e dos refugiados e promovam vias de mobilidade. Ao mesmo tempo, a resolução destas questões

⁴⁵ O conceito de nós urbanos da RTE-T garante (1) o reconhecimento do importante papel das cidades na rede global de transportes, (2) a elaboração de planos sustentáveis de mobilidade urbana (PMUS) para a zona funcional em torno das cidades, (3) a recolha de dados sobre segurança, sustentabilidade e acessibilidade e (4) a construção de plataformas multimodais.

interligadas exige uma cooperação sustentada e colaborativa para promover a estabilidade e a prosperidade em toda a região.

III.1. Paz e segurança

A ordem internacional assente em regras está a sofrer uma forte pressão. A par das ameaças tradicionais como o terrorismo, o extremismo violento e a criminalidade organizada, estão a surgir novas ameaças transfronteiriças, como as ciberameaças, a manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros (FIMI), muitas vezes no âmbito de campanhas híbridas mais vastas, ou a radicalização de menores e jovens adultos. O aumento da exploração do domínio marítimo expõe novas vulnerabilidades, quer os riscos associados às práticas de transporte marítimo não conformes com as normas, quer a importância crescente das infraestruturas marítimas.

Estas ameaças estão entre os **desafios comuns mais graves e complexos em matéria de segurança**. A UE e os parceiros do sul do Mediterrâneo devem colaborar mais estreitamente entre si e reforçar a resiliência, também em consonância com os compromissos da Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia⁴⁶.

O Pacto terá por objetivo alcançar um **entendimento comum dos panoramas de segurança regionais e internacionais**, promovendo a cooperação, nomeadamente em domínios como a prevenção e a luta contra o terrorismo e o extremismo violento, a evasão às sanções da UE, a segurança marítima, a resiliência das infraestruturas críticas, as ameaças híbridas e as ciberameaças, a FIMI, o reforço das capacidades de defesa, a mediação da paz e a resolução de conflitos.

No Mediterrâneo, as missões e operações civis e militares da política comum de segurança e defesa (PCSD) da UE, em especial a operação IRINI e a Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia), desempenham um papel central na promoção da cooperação com a Líbia, reforçando a estabilidade regional na aplicação do embargo de armas imposto pelas Nações Unidas à Líbia e na luta contra o tráfico ilícito e a introdução clandestina de migrantes. Para além do Mediterrâneo, a UE apoia os seus parceiros na região através de outras missões civis e militares no âmbito da PCSD⁴⁷.

Iniciativa UE-MED para a segurança e paz

Esta iniciativa apoiará uma abordagem coordenada de temas concretos em matéria de paz e segurança, através:

- **da criação de um fórum regional para a UE e os países do sul do Mediterrâneo sobre paz e segurança**. O fórum poderá proporcionar um quadro informal para promover o conhecimento conjunto da situação a nível regional, partilhar pontos de

⁴⁶ [Estratégia de Segurança Marítima - Comissão Europeia](#).

⁴⁷ Entre estes, contam-se a EUNAVFOR ATALANTA e a EUNAVFOR ASPIDES no mar Vermelho, a Missão de Aconselhamento da União Europeia de Apoio à Reforma do Setor da Segurança no Iraque (EUAM Iraque), a Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia para o Posto de Passagem de Rafa (EUBAM Rafa) e a Missão de Polícia da União Europeia para os Territórios Palestínianos (EUPOL COPPS).

vista e coordenar abordagens sobre questões de interesse comum, como a situação de segurança regional e as respetivas atividades de paz e segurança, incluindo a mediação da paz, e identificar o potencial apoio ao reforço das capacidades dos parceiros,

- **da promoção de consultas e diálogos específicos sobre paz, segurança e defesa** com os parceiros do sul do Mediterrâneo,
- **da exploração dos potenciais contributos dos parceiros do sul do Mediterrâneo para as missões e operações da PCSD**, nomeadamente através de **novos acordos-quadro de participação**⁴⁸,
- **do reforço das capacidades dos parceiros, nomeadamente através de medidas de assistência do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP)**, e do aprofundamento da **coordenação e das sinergias com as atividades de reforço das capacidades da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)** no respeitante à autonomia na tomada de decisões da UE e da OTAN,
- **de ações de formação sob os auspícios da Academia Europeia de Segurança e Defesa**, por exemplo no domínio das alterações climáticas, da paz, da segurança e da defesa,
- **do alargamento da utilização do conjunto de ferramentas de informação pública para detetar e analisar a FIMI centrada na desinformação com base na identidade**⁴⁹ e aumentar o conhecimento da situação, a fim de melhor dar resposta às especificidades da FIMI na região,
- **do estabelecimento de um diálogo com os parceiros do sul do Mediterrâneo sobre a segurança dos cabos submarinos**, e em consonância com o Plano de Ação da UE para a Segurança dos Cabos⁵⁰, que inclui ações em matéria de deteção, resposta e medidas de recuperação,
- **do reforço da cooperação em matéria de ameaças à segurança marítima**, como o transporte marítimo que não obedece às normas e as práticas de navegação de risco, nomeadamente no âmbito da Organização Marítima Internacional,
- **do reforço dos intercâmbios e da cooperação** em matéria de prevenção do extremismo violento no âmbito das iniciativas mundiais pertinentes, incluindo no âmbito do **Polo de Conhecimentos da UE sobre a Prevenção da Radicalização**,
- **da facilitação de intercâmbios transregionais** entre a UE e a região do sul do Mediterrâneo sobre **questões cibernéticas e sanitárias**,
- **do reforço da cooperação com as autoridades nacionais**, dando resposta à evasão às sanções e aos riscos marítimos, ambientais e de concorrência colocados pelo transporte marítimo não conforme com as normas e pelas práticas de navegação de risco.

⁴⁸ Estes acordos definem os termos da participação de países terceiros nas operações de gestão de crises da UE e as relações desses países com a UE na realização das missões e operações.

⁴⁹ [Como Detetar a Desinformação Baseada na Identidade/FIMI: Um guia prático para conduzir investigações de código aberto | EEAS.](#)

⁵⁰ JOIN(2025) 9.

III.2. Aumentar a preparação regional

A construção de um Espaço Mediterrânico Comum seguro exige o **aumento da preparação da região para catástrofes e riscos naturais e de origem humana**. Numa região com um aquecimento 20 % mais rápido do que a média mundial, prevê-se que as alterações climáticas aumentem o atual panorama de riscos, atuando como multiplicador de ameaças e conduzindo a catástrofes mais frequentes e graves que afetam tanto o ambiente como os sistemas socioeconómicos, ameaçando especialmente as comunidades costeiras e insulares.

Os incêndios florestais, as secas, a escassez de água, as inundações e os fenómenos meteorológicos extremos já estão a afetar a saúde dos solos e a segurança alimentar, os principais fatores para a estabilidade política e a coesão social na região. A agricultura inovadora desempenha um papel importante no aumento da preparação para as catástrofes e perigos naturais e de origem humana.

O risco de perigos relacionados com a saúde sublinha a importância crucial do reforço das medidas de segurança sanitária para assegurar a resiliência contra ameaças emergentes. Neste contexto, para além de construir uma cultura de preparação desde a conceção, o reforço da capacidade e da cooperação entre os parceiros públicos e privados para responder a acontecimentos inesperados e o aumento da prevenção e dos mecanismos de resposta conjunta a condições meteorológicas extremas, incluindo inundações e secas, em consonância com a Estratégia de Preparação da UE⁵¹ recentemente adotada, continuam a ser uma prioridade. Seguindo uma abordagem global da sociedade e de governação integrada, a descentralização eficaz e as ligações com a administração local, juntamente com a participação ativa das organizações da sociedade civil, são essenciais para assegurar respostas rápidas, tirando partido dos conhecimentos locais e promovendo a resiliência de base comunitária.

Preparação para catástrofes no Mediterrâneo

Esta iniciativa visa melhorar a preparação regional e reforçar a capacidade de resposta em todo o Espaço Mediterrânico Comum por via de uma abordagem multiriscos. Tal será alcançado nomeadamente através:

- **do apoio ao desenvolvimento de um sistema de alerta precoce multiriscos** baseado nos instrumentos existentes (por exemplo, o Serviço de Gestão de Emergências do Copernicus), em consonância com a iniciativa «Alertas Precoces para Todos» e com os objetivos do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia em matéria de resiliência a catástrofes associados a estratégias de antecipação,
- **do apoio à preparação em matéria de segurança alimentar**, com base no modelo do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar⁵²,
- **do reforço dos diálogos bilaterais existentes em matéria de política agrícola** e do estabelecimento de novos diálogos de parceria no domínio da política agroalimentar com os parceiros do sul do Mediterrâneo, em consonância com a Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar⁵³,

⁵¹JOIN(2025) 130.

⁵² [Garantir o abastecimento alimentar mundial e a segurança alimentar — Comissão Europeia.](#)

⁵³ COM(2025) 75 final

- **do reforço das sinergias em matéria de preparação para catástrofes** com a Iniciativa Centros de Excelência nos Domínios Químico, Biológico, Radiológico e Nuclear da UE, por meio de ações de formação e exercícios de simulação, da partilha de boas práticas e de uma maior sensibilização,
- **do alargamento da cooperação no domínio da proteção civil**, com base nas iniciativas regionais existentes e tirando partido dos programas de cooperação Interreg⁵⁴. Um **novo polo europeu de combate a incêndios sediado em Chipre** apoiará igualmente os vizinhos regionais⁵⁵,
- **da exploração das oportunidades proporcionadas pela modelização da IA** na preparação para catástrofes, em especial a **promoção das capacidades de gestão de crises e de resposta a emergências**, integrando algoritmos de IA nos serviços existentes e desenvolvendo sistemas de apoio a decisões multirrisco sob a égide da IA para o Bem Público⁵⁶.

III.3. Gestão da migração

A migração é uma realidade mundial e a sua gestão é uma responsabilidade conjunta que exige uma cooperação estreita e uma **abordagem abrangente, de acompanhamento ao longo de toda a rota e baseada nos direitos**, em consonância com a dimensão externa do Pacto em matéria de Migração e Asilo⁵⁷. Tal inclui o reforço da governação da migração, a melhoria da gestão das fronteiras, a prevenção das saídas ilegais, o apoio aos esforços na luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, bem como a promoção da mobilidade e da migração legal, em conformidade com o direito internacional e os direitos humanos. A facilitação dos regressos efetivos e das atividades de readmissão e reintegração, para além do apoio aos esforços de reinstalação e da disponibilização de soluções para assegurar a proteção dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo ao longo das rotas, são também parte integrante desta abordagem. Uma vez que a administração local e as comunidades de acolhimento estão na vanguarda deste trabalho, é essencial reforçar a sua capacidade neste domínio, nomeadamente apoiando organizações internacionais como o ACNUR e a OIM.

⁵⁴ [Home - Programa Interreg Euro-MED](#).

⁵⁵ As iniciativas regionais existentes incluem, por exemplo, o desenvolvimento da cooperação estabelecida no domínio do combate a incêndios entre Chipre, a Jordânia e o Egito. O novo polo europeu de combate a incêndios foi proposto pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, durante o seu discurso sobre o estado da União de 2025.

⁵⁶ Por exemplo, os algoritmos de IA podem ser integrados no Sistema Europeu de Informação sobre Fogos Florestais e no Sistema Global de Informação sobre Incêndios Florestais. [IA para o Bem Público | Construir o futuro digital da Europa](#).

⁵⁷ COM(2024) 251.

Implementação de uma abordagem de acompanhamento ao longo de toda a rota na gestão da migração

A iniciativa apoiará uma abordagem conjunta das rotas migratórias que conduzem ao e que atravessam o Mediterrâneo. Reforçará e complementará igualmente a cooperação bilateral em matéria de migração, através:

- **do reforço das capacidades para gerir adequadamente a migração e responder melhor às consequências e aos desafios para as comunidades locais.** Uma maior cooperação com os intervenientes relevantes conduzirá ao aumento da capacidade de prevenção e resposta a crises migratórias, por via do desenvolvimento de sistemas de alerta precoce, de instrumentos de acompanhamento dos riscos e de planos de emergência para as várias partes interessadas,
- **da intensificação dos regressos voluntários dignos e da reintegração** dos migrantes dos parceiros do sul do Mediterrâneo nos seus países de origem,
- **do reforço da cooperação em matéria de regressos efetivos e readmissões** das pessoas em situação irregular na UE,
- de uma melhor cooperação em matéria de prevenção da migração ilegal, da luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos por via de **parcerias operacionais** e de projetos pertinentes, nomeadamente no âmbito da **Aliança Mundial**⁵⁸,
- **da organização de campanhas regionais de sensibilização sobre os procedimentos de emissão de vistos de curta duração** para limitar os obstáculos e facilitar a emissão de vistos, com a participação dos Estados-Membros da UE que emitem vistos nos parceiros do sul do Mediterrâneo pertinentes,
- **da intensificação de parcerias para atração de talentos**⁵⁹ e **do lançamento da Reserva de Talentos da UE** para facilitar as ligações entre os empregadores da UE e os candidatos a emprego de países parceiros, nomeadamente por via da emissão de vistos para estudantes, trabalhadores qualificados, investigadores e académicos,
- **do reforço do espaço de proteção** dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados vulneráveis do sul do Mediterrâneo, em conformidade com as obrigações internacionais, nomeadamente através de um **novo projeto regional de proteção para o sul do Mediterrâneo**, que promoverá o intercâmbio de boas práticas sobre questões específicas de proteção,
- **do apoio aos esforços voluntários dos Estados-Membros em matéria de reinstalações e admissões por motivos humanitários.**

III.4. Aplicação da lei, cooperação judiciária e segurança das fronteiras

Uma **cooperação mediterrânica eficaz, integrada e baseada em direitos no que diz respeito à gestão das fronteiras** e à busca e salvamento é crucial para transformar as fronteiras em zonas e portas de acesso mais seguras para a prosperidade e a segurança das pessoas.

⁵⁸ [Call to Action on a Global Alliance to Counter Migrant Smuggling](#) (não traduzido para português).

⁵⁹ Já lançadas em Marrocos, na Tunísia e no Egito.

Com base nas atividades realizadas no âmbito da **Aliança Mundial contra o Tráfico de Migrantes**, o reforço da colaboração e da partilha de informações visará criar abordagens harmonizadas em matéria de vigilância marítima e das fronteiras, bem como controlos nos pontos de passagem de fronteira e durante os controlos aduaneiros. Esta maior colaboração e partilha de informações reforçará igualmente a coordenação entre os intervenientes responsáveis pela aplicação da lei nas fronteiras, a fim de intensificar a luta contra as redes criminosas envolvidas na introdução clandestina de migrantes e no tráfico de seres humanos e impedir os movimentos de pessoas suscetíveis de constituir ameaças à segurança.

Existe uma cooperação substancial entre a UE e os parceiros do sul do Mediterrâneo com o objetivo de melhorar as capacidades de gestão eficaz das suas fronteiras. A natureza cada vez mais transfronteiriça e mundial das ameaças à segurança, exacerbada pela rápida evolução tecnológica, exige uma cooperação reforçada e mais eficaz. Esta iniciativa visa dismantlar e combater as atividades ilícitas, proporcionando um ambiente seguro e protegido para as pessoas e as mercadorias no Espaço Mediterrânico Comum.

Fronteiras seguras

Esta iniciativa estabelecerá uma **abordagem comum para a gestão integrada das fronteiras e a segurança**, através:

- **do reforço das capacidades institucionais e operacionais de gestão das fronteiras**, assegurando o cumprimento das normas de direitos humanos, por via da assistência técnica específica e da criação de sinergias com os programas existentes. Esta assistência incluirá o apoio a atividades de reforço das capacidades e ao desenvolvimento colaborativo de procedimentos operacionais normalizados,
- **da seleção de projetos-piloto de pequena a média escala** para execução, com base nas ações e nos intercâmbios acima referidos, que podem ter potencial para evoluir para projetos a mais longo prazo,
- **do alinhamento das normas e da espera pelo desalfandegamento** através da digitalização, de forma a reduzir o congestionamento e o tempo de transporte,
- **da sensibilização e partilha de conhecimentos**, nomeadamente através do ambiente comum de partilha da informação da UE no domínio marítimo, começando por visitas de estudo e intercâmbios de autoridades de gestão das fronteiras para as funções de gestão de nível médio a alto,
- **da promoção da cooperação entre as guardas de fronteira e costeiras do Mediterrâneo**, a fim de reforçar as capacidades e as competências para fazer face a situações marítimas, otimizando a utilização do fórum das funções de guarda costeira do Mediterrâneo e de outros mecanismos e fóruns de cooperação UE-Vizinhança Meridional,
- **do apoio à negociação e à aplicação de acordos de trabalho** entre a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e as autoridades de gestão das fronteiras dos parceiros do sul do Mediterrâneo.

A criminalidade não conhece fronteiras. É essencial assegurar uma resposta coletiva e coordenada para combater a corrupção, o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional. Uma maior cooperação judiciária e de aplicação da lei é fundamental para

assegurar investigações adequadas e a repressão eficaz da criminalidade. Essa cooperação exige um quadro sólido de proteção dos dados pessoais, dos direitos processuais e os quadros abrangentes de justiça penal. Estão já em curso várias ações para apoiar a cooperação policial e judiciária na região. No entanto, colmatar o fosso entre reforço das capacidades, colaboração e resultados operacionais tangíveis continua a ser um desafio significativo que exige uma maior convergência de objetivos. Para resolver este problema, é essencial reforçar a cooperação e o intercâmbio de informações, conhecimentos especializados e alertas precoces entre a UE e os parceiros do sul do Mediterrâneo, a fim de reforçar a preparação para as tendências em matéria de drogas e a cooperação operacional contra o tráfico de seres humanos com o Centro de Análise e Operações Marítimas — Narcóticos.

MED-OP: cooperação judiciária e de aplicação da lei

Esta iniciativa terá por objetivo reforçar a nossa resposta coletiva na luta contra a criminalidade grave e organizada e contra o terrorismo, por via do reforço da cooperação judiciária e de aplicação da lei. Promoverá a convergência das normas em toda a região, de forma a permitir a cooperação operacional e proporcionar uma maior salvaguarda aos cidadãos e aos seus direitos. Tal será alcançado nomeadamente através:

- **do estabelecimento de um diálogo regional sobre segurança interna** a convocar regularmente entre altos funcionários da política de segurança do Espaço Mediterrâneo Comum, com base no modelo do Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna da UE. Os trabalhos no âmbito do diálogo regional devem conduzir à adoção de um roteiro para a cooperação operacional em domínios de interesse comum, que será atualizado periodicamente,
- **da orientação dos esforços colaborativos** na luta contra a criminalidade grave e organizada e contra o terrorismo, nomeadamente com o apoio dos Estados-Membros e das agências da UE,
 - promovendo a convergência dos objetivos e das principais reformas em matéria de justiça e proteção de dados, por exemplo através de assistência técnica específica,
 - respondendo às principais lacunas de formação operacional,
 - estabelecendo diálogos regulares com peritos,
 - realizando visitas de estudo e destacamentos de peritos nacionais de curta duração,
 - recorrendo a assistência técnica específica.
- **do apoio à negociação e à aplicação de acordos internacionais e de cooperação**, nomeadamente com a Europol, a CEPOL, a Eurojust e a Procuradoria Europeia.

3. EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A **execução e o acompanhamento do Pacto** serão supervisionados por uma **estrutura de dois níveis, a nível da UE e a nível euro-mediterrânico**.

A **nível da UE**, os serviços da Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa assegurarão a coordenação e a supervisão técnica da execução do Pacto. Realizar-se-á semestralmente um debate sobre a implementação do Pacto no **Conselho dos Negócios Estrangeiros**, com base

numa atualização da execução fornecida pela Comissão e pela alta representante. Estes debates servirão para preparar a **reunião ministerial anual UE-Vizinhança Meridional**.

O Parlamento Europeu será regularmente atualizado através dos seus comités e delegações interparlamentares pertinentes. O Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões Europeu serão igualmente informados. A Assembleia Regional e Local Euro-Mediterrânica será o canal institucional fundamental para todos os contributos regionais e locais.

A **nível euro-mediterrânico**, um **grupo conjunto a nível de altos funcionários** reunir-se-á duas vezes por ano para acompanhar a execução do Pacto através de um **plano de ação** específico. O grupo reunirá representantes da União Europeia e dos parceiros do sul do Mediterrâneo. O grupo também contribuirá para a preparação da **reunião ministerial anual UE-Vizinhança Meridional**. Se for necessário, outros intervenientes, como as instituições financeiras nacionais e internacionais, representantes da sociedade civil e representantes de outros países e organizações internacionais, poderão ser convidados a participar nos debates do grupo.

As iniciativas propostas no âmbito do Pacto serão transpostas para um **plano de ação específico**, que especificará os países participantes e as partes interessadas de cada iniciativa. A execução do plano de ação será avaliada conjuntamente. Será um documento vivo ao qual serão acrescentadas novas iniciativas ao longo do tempo.

O plano de ação inicial será apresentado no primeiro trimestre de 2026 pelos serviços da Comissão e pelo Serviço Europeu para a Ação Externa ao grupo conjunto a nível de altos funcionários, sendo atualizado e revisto conjuntamente de forma contínua.

A **União para o Mediterrâneo** tem experiência na criação de redes regionais e em projetos emblemáticos de grande relevância. Com a sua capacidade de mobilização, a UM apoiará as reuniões conjuntas do grupo e será também parceira na execução do Pacto⁶⁰, nomeadamente através das reuniões ministeriais.

A **Assembleia Parlamentar da Juventude para o Mediterrâneo** irá prestar uma importante orientação na execução e no desenvolvimento de iniciativas no âmbito do Pacto. Do mesmo modo, **serão organizados diálogos regulares com organizações da sociedade civil**, incluindo o meio académico, investigadores, agentes sociais, culturais e económicos, bem como a comunidade empresarial.

4. CONCLUSÃO

O Pacto foi proposto para **aprovação política** pela **UE e pelos parceiros do sul do Mediterrâneo em novembro de 2025**, por ocasião do 30.º aniversário da Declaração de Barcelona.

Com o presente Pacto, moldaremos o nosso futuro comum num espírito de parceria e coapropriação, desenvolvendo um **Espaço Mediterrânico Comum mais profundamente integrado, resiliente e seguro**.

⁶⁰ A UM adquiriu conhecimentos especializados em domínios específicos como a educação, o emprego e o desenvolvimento económico, a água, o ambiente e a economia azul, a gestão de crises e a proteção civil.